

O MATERIAL DIDÁTICO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA – UMA REFLEXÃO SOBRE O USO E A PRODUÇÃO DE DOCENTES INDÍGENAS NAS ESCOLAS DE DOURADOS E TACURU – MS.

Elaine da Silva Iadeia ¹

RESUMO

As escolas indígenas são espaços de resistência e de fronteiras, (re) produzem e atualizam suas línguas e culturas, onde se encontram os conhecimentos e epistemologias de culturas diferentes, que são realçadas nas relações sociais de poder, que se estabelecem e produzem o currículo das escolas indígenas (TASSINARI, 2001). A Educação Escolar Indígena, através da Constituição Cidadã de 1988 (BRASIL, 1988), assegurou aos Povos Indígenas no Brasil uma educação específica, intercultural, diferenciada e bilíngue, e assim, cada povo, em seu grupo étnico adquiriu o direito de fazer uso de sua epistemologia. Diante desses desafios, esse trabalho construiu uma análise, a partir de duas escolas indígenas, localizadas na aldeia Panambizinho/Dourados; e na aldeia Sassoró/Tacuru, ambas no TEE Conesul em Mato Grosso do Sul; verificando quais e como são produzidos e utilizados os materiais didáticos presentes nessas escolas, valorizando a experiência dos sujeitos docentes, potencializando novas produções em um processo de fortalecimento linguístico e cultural dos povos Guarani e Kaiowá. A pesquisa ocorreu através de um levantamento dos materiais didáticos, nas duas escolas citadas, bem como sobre o uso destes nas escolas. Considerou-se que os materiais disponíveis nas referidas escolas são insuficientes tanto didática quanto pedagogicamente, não apresentam quantitativo para a demanda escolar, são inadequados à cultura, realidade local e linguística, demonstrando que há necessidade de materiais específicos, e que os existentes e disponíveis, não estão contribuindo satisfatoriamente para o processo de aprendizagem desejado nessas escolas.

Palavras-chave: Educação Escolar indígena, Material didático específico, Currículo Específico e Intercultural.

INTRODUÇÃO

A Educação Escolar Indígena (EEI), é uma modalidade de educação possibilitada constitucionalmente em 1988, com a promulgação da Constituição Cidadã (BRASIL, 1988), e foi assegurada aos Povos Indígenas no Brasil uma educação específica, intercultural, diferenciada, bilíngue e/ou na língua materna e comunitária. Cada povo, em seu grupo étnico adquiriu o direito de fazer uso de sua epistemologia, ou seja, os processos próprios de aprendizagem para propor o currículo específico e/ou intercultural de sua Escola Indígena e de seu coletivo de professores/as do próprio grupo utilizando a língua materna e a cultura. Muitas

¹ Docente no Curso de Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena “TEKO ARANDU” e no Programa de Pós-Graduação em Educação e Territorialidade da Faculdade Intercultural Indígena - PPGET/FAIND da Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD (elaineladeia@ufgd.edu.br).

escolas passaram a ser assistidas com o ensino fundamental completo nos TEE Conesul e Povos do Pantanal. Entretanto, transformar a cultura escolar das escolas para índios em escolas indígenas se colocou como o grande desafio para os/as egressos/as dos respectivos cursos em suas comunidades.

Diante do desafio da elaboração de projetos políticos pedagógicos e de currículos específicos e/ou interculturais a proposta desse plano é construir a partir do diálogo e das necessidades de duas escolas indígenas: a Escola Municipal Indígena Ubaldo Arandu Kuê Mi, localizada na aldeia Sassoró no município de Tacuru e a Escola Municipal Indígena Pa'í Chiquito localizada na aldeia Panambizinho em Dourados, ambas em Mato Grosso do Sul; visando analisar quais são, e como são produzidos, e utilizados, os materiais didáticos nessas escolas, tendo como foco aprofundar o conhecimento acerca da sistematização e elaboração de materiais pedagógicos impressos e audiovisuais, valorizando a experiência acumulada dos sujeitos da pesquisa e potencializando novas produções em um processo de fortalecimento linguístico e cultural dos povos indígenas abrangidos.

A conjuntura atual ainda é pandêmica, mesmo diante da retomada das atividades presenciais nas universidades e nas escolas indígenas e não indígenas. Foram dois anos e meio, ao menos, de incertezas e recolhimentos. Muitas mortes marcaram nosso país. Muitas mudanças legais foram produzidas sem a participação das entidades representativas dos educadores no campo educacional brasileiro, nos últimos seis anos. Após o Golpe de 2016, amplamente debatido por pesquisadores/as das áreas de ciências humanas em suas entidades representativas, se estabeleceu um cenário de transição nas escolas de educação básica e nos cursos de licenciaturas (SAVIANI, 2020). A modalidade de Educação Escolar Indígena, foi amplamente afetada, pela descontinuidade de algumas políticas públicas, do congelamento de outras e extinção da SECADI. O diálogo, através da Comissão Nacional de Políticas Indigenistas (CNPI), que estava em vias de se consolidar como um Conselho Nacional, foi encerrado.

Em 2016, quando ocorreu o golpe, que destituiu a Presidenta Dilma Rousseff, estava em curso o processo de pactuação dos Territórios Etnoeducacionais, iniciado em 2009 e o Programa Nacional de Territórios Etnoeducacionais, lançado em 2013, que teve a Ação Saberes Indígenas na escola como central. Todo o campo educacional brasileiro ficou tensionado e muitas políticas foram descontinuadas de lá para cá. Foi um período de muitas negociações e confrontos entre os movimentos indígenas através de suas organizações e os governos estaduais e federal, para que os cursos de formação específica dos povos indígenas fossem assegurados. A insegurança fragilizou o processo de implementação e consolidação da EEI em nível

nacional. Todavia, as entidades indígenas prosseguiram com suas demandas, através do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI) em nível nacional e os Fóruns Estaduais.

De acordo com as lideranças indígenas do Fórum Estadual de Educação Escolar Indígena de Mato Grosso do Sul (FOREEIMS) e do MP GK, a comissão gestora dos TEE do estado, criada e nomeada pela SED/MS, não recebeu suporte técnico e financeiro para desenvolver suas atividades, o que fez com que houvesse uma lacuna na implementação do PNTEE. Não obstante, o campo da EEI continuou em movimento no MS, devido aos esforços e ao protagonismo das organizações dos professores e das lideranças indígenas de ambos os territórios. A organização atuante é a Comissão do FOREEIMS, que agrega os povos representantes dos TEE Cone Sul e Povos do Pantanal e cumpre o papel de acompanhar, avaliar e demandar o estado de MS e o MEC, por intermédio de seus representantes nos Conselhos de Educação (dos municípios e do estado) e na Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEI), que também foi desarticulada no governo atual, que finda seu mandato. Recentemente, ainda em 2025, o governo Federal promulgou novos decretos e leis garantindo os etnoterritórios educacionais e reforçando a Educação Escolar Indígena em todo o Brasil.

Esse trabalho faz parte de uma iniciativa de pesquisadoras da UFGD em parceria com pesquisadoras da UEMS e da UFMS, para manter e estreitar o canal de diálogo com as escolas indígenas no Mato Grosso do Sul, os cursos de formação intercultural de professores indígenas e o movimento social indígena dentro dos dois etnoterritórios aqui existentes, o CONESUL e O POVOS DO PANTANAL. Colocamo-nos à disposição para prosseguir na tarefa de fortalecimento dos cursos de formação intercultural e das escolas indígenas, desenvolvendo ações e atividades de pesquisa, ensino e extensão, com os coletivos que o acolher para ouvir, refletir, planejar e elaborar materiais pedagógicos nas linguagens escolhidas pelos professores indígenas para se comunicarem com os estudantes indígenas e ao mesmo tempo, realizar formação da equipe, constituída por diversos sujeitos que estão em diversos níveis de formação (estudantes de graduação e pós-graduação, professores indígenas e não indígenas da educação básica e do ensino superior).

De acordo com Gersem Baniwa (2019, p. 200), os Povos Indígenas no Brasil optaram pela escolarização, junto com suas lideranças, a mais ou menos trinta anos atrás, para que dominassem os códigos socioculturais, políticos e epistemológicos da sociedade nacional e os colocasse em diálogo com os códigos culturais, cosmovisão e epistemologia de cada povo indígena, no intuito de fortalecer o protagonismo e a autodeterminação no sentido de constituir a autonomia. Para o antropólogo e educador a autonomia é a “liberdade de viver segundo suas culturas e tradições e a liberdade de acessar direitos sociais e políticos emanados da sociedade

moderna e do estado.” A autonomia é precedida, no entanto, pela segurança de seus territórios tradicionais e o subsídio de políticas públicas de segurança, saúde, educação, previdência e cidadania para os diversos povos. Alguns povos indígenas no Mato Grosso do Sul e no país ainda estão no processo de luta pelo reconhecimento e/ou ampliação de seus territórios. Quanto ao território, Bartomeu Meliá (2018, p. 16), no prefácio da obra “Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul”, afirmou sobre os povos guarani falantes no respectivo estado: “(...) *tekoha* – o lugar onde eles são o que são, lugar que promete e faz possível o que serão (...) Então dá-se a dramática situação de que sem *tekohá* não há *teko*, sem lugar onde ser, não há ser.” Dessa forma, a luta pela EEI e pelas escolas Kaiowá e Guarani, assim como as escolas, perpassa pela territorialidade dos grupos étnicos em suas comunidades nos territórios tradicionais.

As escolas indígenas são uma das maneiras das comunidades indígenas gestar a territorialidade, (re) produzindo e atualizando suas línguas e culturas. São espaços de fronteira, no qual se encontram os conhecimentos e epistemologias de culturas diferentes, que são realçadas nas relações sociais de poder, que se estabelecem e produzem o currículo das escolas indígenas (TASSINARI, 2001). O Currículo será mais ou menos específico, intercultural, bilíngue e comunitário à medida que o coletivo indígena aglutinar forças e domínio dos códigos legais e educacionais que amplificam seus direitos constitucionais e que o estado faça valer suas conquistas legais.

Esse trabalho, visou o levantamento, catalogação e análise dos materiais didático pedagógicos das Escolas indígenas acima, bem como sua utilização pelos professores indígenas. O objetivo geral foi analisar as relações entre a formação intercultural de professores indígenas e a elaboração de materiais didáticos específicos e/ou interculturais para a consolidação das escolas indígenas através do levantamento e registro dos materiais e saberes indígenas que circulam nas duas escolas.

METODOLOGIA

A realização da pesquisa foi a partir de um trabalho colaborativo, inicialmente conduzido através de Reuniões de planejamento, formação, sistematização e trocas de informações de forma presencial e remota (Plataforma Google Meet e/ou Zoom); também houve rodas de conversa e trocas de experiências, junto à equipe escolar nas EMI Pa’í Chiquito e Ubaldo Arandu Kuê Mi, bem como o levantamento, catalogação e análise dos materiais didático pedagógicos existentes e seu uso nessas escolas indígenas, viabilizado pelo Programa de Iniciação Científica da UFGD.

A análise foi quantitativa e qualitativa (LUDKE e ANDRÉ, 2013), para tal foi realizada através da observação participante, numa perspectiva analítica ancorada nos recentes debates empreendidos por pesquisadores da Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa pesquisa ocorreu entre setembro de 2023 e agosto de 2024, primeiramente foram realizadas visitas às escolas para o planejamento das atividades, também para entender os objetivos das mesmas.

A partir do reconhecimento da escola campo de trabalho, em outubro, iniciamos as atividades, sendo que nas primeiras visitas foram feitas rodas de conversa com a equipe escolar das escolas indígenas Pa'í Chiquito e Ubaldo Arandu Kuê Mi. Estabelecido o diálogo com os coordenadores e professores foi iniciado o levantamento nas escolas a respeito dos materiais didáticos; e durante o desenvolvimento do trabalho, fomos dialogando com os professores e coordenadores sobre as necessidades da escola, quais materiais são recebidos da secretaria de educação, e a formação dos docentes que atuam nessas duas escolas.

A Escola Municipal Indígena Pa'í Chiquito - Chiquito Pedro (Figura 01), está localizada na aldeia Panambizinho no município de Dourados/MS, foi fundada pelo Decreto nº 2.444, de 16 de janeiro de 2004 (Dourados, 2004), e é uma Escola-extensão da Escola Municipal Indígena Tengatuí – Dourados/MS.

Figura 01 - Vista parcial da Escola Municipal Indígena Pa'í Chiquito – Chiquito Pedro - Aldeia Panambizinho em Dourados-MS.



Fonte: Imagem do Google (2025, acesso em 29/10/25)

Essa escola, foi a primeira escola indígena do município de Dourados. Em 2024 foram matriculados cerca de 127 estudantes; é uma escola pequena, funciona nos três períodos. Atende a oferta do pré-escolar, series iniciais e finais do Ensino Fundamental, e Ensino Médio, esse último nível é ofertado por meio de sala de extensão do Ensino médio da Escola Estadual Presidente Vargas, localizada no centro do município de dourados/MS. A estrutura da escola é composta por 4 salas de aulas, uma sala dos professores, uma sala de computação, uma biblioteca, uma coordenação, cozinha, banheiros feminino e masculino, uma quadra externa, e espaço de lazer feita de pneus para as crianças.

As trocas de informações juntamente à escola Pa'i Chiquito, demonstraram que os materiais disponíveis na escola Pa'i Chiquito são insuficientes didático e pedagogicamente, não apresentam quantitativo para a demanda escolar e não são adequados à cultura, a realidade local e a língua guarani. Os alunos e docentes necessitam de materiais específicos e em quantidade que possam atender a todos, pois até a realização desse trabalho havia entre 05 e 8 exemplares dos materiais disponíveis, sendo insuficientes para os alunos em sala. Ademais, os materiais existentes não estão ajudando na evolução de ensino nas leituras e escritas dos alunos, esse problema tem sido solucionado com outras formas de estudo como um planejamento de alguns professores sem a inclusão de livros da biblioteca os alunos têm avançado no processo de Ensino aprendizagem. Essas outras formas são a produção de textos manuscritos ou digitados pelos docentes, na língua materna e em português, para utilizar nas salas de aula e também como atividades extraclasse.

Através do Programa Saberes indígenas na escola núcleo UFGD, foram produzidos alguns livretos para complementar os materiais de uso em sala de aula, como apresentado dno quadro abaixo.

Kunumi pepy	Óticos	20 livros
Guarani rembi'uete	Rede saberes	10 livros
Ka'agwy pora'i	ASIE - Comitê-conesul	20 livros
Guaingwigue	ASIE - Comitê- conesul	16 livros

A Escola Municipal Indígena Ubaldo Arandu Kuê Mi, localizada na aldeia Sassoró, no município de Tacuru/MS (Figura 02), é uma escola média em tamanho, possui 12(doze) salas de aulas, refeitório, equipamentos mobiliários adequados; a secretaria é equipada com computador, impressora, arquivo de aço, armários. Uma biblioteca, uma sala de professores,

uma sala de Coordenação Pedagógica, uma área de serviço. A quadra esportiva é compartilhada com a escola estadual ao lado. Também há uma sala de tecnologia com computadores e acesso à internet, a qual é insuficiente para o uso da comunidade escolar; uma sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e sala de Apoio Pedagógico. A escola possui uma Extensão (Escola Ramada), onde há 03(três) salas de aula e 1(um) sala de cozinha, nela são oferecidas salas com turmas multisseriada de pré, 1ª ano, 2ª ano, 3ª ano e 4ª ano no período da manhã e não tem sala para Coordenação Pedagógica e Professores, apenas salas para guardar o material pedagógico, livros, uma cozinha, uma despensa, banheiros para os estudantes e funcionários. A estrutura física é bem singela nessa escola.

Na escola Ubaldo, a biblioteca possui um pequeno acervo de livros de literatura infantil, literatura infanto-juvenil, de apoio para os professores; há também livros didáticos, revistas, enciclopédia e dicionários. Nesse espaço há funcionária auxiliar de biblioteca, que é responsável de catalogar os livros, marcar as retiradas e devoluções e receber os estudantes para pesquisa. Ainda encontramos nessa escola outros materiais e equipamentos como: Computadores, impressoras, televisão, Aparelho de DVD, Data show, tela de projeção, estantes, instrumentos musicais mesa de som, caixa de som, microfone, Aparelho de CD e rádio, retroprojektor, CDs, DVDs.

Figura 02 – Vista parcial da entrada da Escola Municipal Indígena Ubaldo Arandu Kuê Mi – Aldeia Sassoró/Tacuru-MS.



Fonte: Arquivos da Escola (2024)

Consideramos que os materiais disponíveis dessa escola são bons, mas também são insuficientes didático e pedagogicamente, não atendem a demanda escolar na questão linguística, cerca de 90% dos materiais são do PNLD e não dialogam com a cultura, realidade local e língua guarani, mesmo apresentando uma boa qualidade nas áreas do conhecimento global. Os alunos e docentes necessitam de materiais específicos, e os materiais disponíveis não estão sendo utilizados para Ensino, nem leitura, nem no apoio à escrita bilíngue.

Essa escola possui uma equipe de professores comprometidos em produzir textos e atividades na língua Guarani para a promoção do processo de Ensino aprendizagem, partindo da alfabetização, numeramento, escrita e todos os requisitos para a completa formação do estudante do Ensino fundamental. Também observou-se o comprometimento com o planejamento das aulas na escola Ubaldo. Contudo, elaborar os materiais demanda muito mais tempo e exigência do trabalho docente, e em muitas vezes a escola não dispõe de recursos para a produção em quantidade que possa atender individualmente os estudantes, então, tais materiais são utilizados apenas dentro da sala de aula, deixando então o estudante sem material de apoio para tarefas extraclasse.

Ressaltamos que estamos dando importância aos materiais na língua materna pois nos primeiros anos de escolarização é garantido esse direito, e de acordo com BRASIL (1994, p. 10-12):

o bilinguismo é pensado dentro do uso da língua materna, na alfabetização, não como uma ponte transitória para o aprendizado do português, visando à incorporação do indígena à sociedade nacional, mas como um código por meio do qual se organiza e se mantém incluso ao conhecimento indígena e não indígena acumulado ao longo das gerações. Nessa perspectiva, pedagogias reconhecem que o conhecimento de outras línguas, entre elas o português, torna-se mais natural e mais bem incorporado por meio da língua materna, com o objetivo de ampliação dos conhecimentos, e não como forma de supressão das línguas e culturas indígenas (BRASIL, 1994, p. 10-12).

Outro fator relevante para a promoção pedagógica é a existência das escolas em territórios indígenas, aqui observamos que a luta pela implantação de escolas, é ainda, uma estratégia de resistência e pode ser vista como um cabo de força, sendo de um lado, o direito a educação diferenciada e originário às terras indígenas, e de outro, o direito à propriedade privada. Também é importante destacar a formação específica dos docentes, nesse caso, as escolas em questão nesse trabalho, possuem 100% de professores indígenas, todos com habilitação em licenciaturas interculturais indígenas nas quatro grandes áreas do conhecimento, alguns são formados em Pedagogia e outras áreas, já temos mestres e doutores nessas escolas também, o que tem contribuído para o avanço nas conquistas de direitos da EEI bem como da adequação de currículos específicos nessas escolas, tornando-as diferenciadas, interculturais e bilingues.

A escola diferenciada deve estar pari passo a luta pelos territórios, e o etnoterritório se consolida como movimento e, como tem sido historicamente, se construirá nas bases das reivindicações dos povos indígenas por referenciais curriculares específicos, valorizando a filosofia e visão cosmológica dos indígenas, bem como a língua materna, cultura e tradições, conhecimentos tradicionais; concursos públicos específicos, investimentos em formação de professores indígenas; construções escolares e materiais adequados aos processos próprios de

aprendizado; financiamento público da educação indígena, em todos os níveis, e valorização da diferença como princípio fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as relações entre a formação intercultural de professores indígenas e a elaboração de materiais didáticos específicos e/ou interculturais nessas duas escolas indígenas, consideramos que os poucos materiais que as escolas dispõem, são universais, logo não são utilizados pois a demanda dos professores é por material específico, ou seja, que contemple a língua Guarani, no caso dessas escolas que respeitem a língua dos Kaiowá na escrita e na fala, mas isso, ainda está em construção. Por outro lado, a realidade apresentada nos livros disponíveis é muito distinta da realidade do público dessas escolas.

Ressaltamos que as Escolas possuem estruturas administrativas e físicas muito boas, atendendo em geral as necessidades dos estudantes, contudo, demandam acessibilidade física e institucional em ambas, especialmente no que tange as carteiras, e material de apoio aos estudantes PCDs, e neurodivergentes. Ambas possuem espaços para bibliotecas e salas de leitura, livros didáticos do PNLD (a maioria embalados), vários materiais de apoio produzidos pelos docentes (cartazes, modelos, mapas mentais, mapas conceituais, fantoches, fichas de leitura e exercícios na língua materna).

A gestão nessas escolas é realizada por docentes indígenas, um avanço, pois, a cerca de dez anos isso não era uma realidade, e são constituídas por um corpo de docentes quase 100% de indígenas habilitados nas quatro grandes áreas de conhecimento; no TEE CONESUL, a maioria egressa da Licenciatura Intercultural Indígena Teko Arandu da FAIND/UFGD.

As escolas e docentes reivindicam mais materiais específicos, bilingues e próximos da realidade regional e cultural dos povos nelas atendidos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio da FUNDECT - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul; do Conselho Nacional de Pesquisa/CNPQ; da Pró Reitoria de Pesquisa e Pós graduação/PROPP e da Faculdade Intercultural Indígena/FAIND da Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD; aos docents das escolas municipais indígenas de Dourados e Tacuru.

REFERÊNCIAS



BANIWA, Gersem. **Educação Escolar Indígena no Século XXI: encantos e desencantos**. 1 ed. Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva.1988.

BRASIL. CNE/CEB. Parecer n° 14. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena**. Diário Oficial da União, Brasília, 19 out. 1999.

BRASIL. **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar** / Elaborado pelo comitê de Educação Escolar Indígena. - 2ª ed. Brasília: MEC/ SEF/DPEF, 1994. 24 p. (Cadernos de Educação Básica. Série Institucional; 2).

BRASIL. MEC/SEF – **Referenciais Curriculares para a Formação de Professores**. 2002.

BRASIL. **Documento Final da I Conferência de Educação Escolar Indígena**. Luziânia- GO, 16 a 20/11/2009. 2009a.

BRASIL. **Portaria n. 1.062, de 30 de outubro de 2013**. Institui o Programa Nacional de Territórios Etnoeducacionais – PNTEE. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. **Decreto n. 6.861, de 27 de maio de 2009**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 fev. 2009. n. 100, Seção 1, p. 23.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, 27833-27841.

DOURADOS. Secretaria Municipal de Educação. **Decreto n. 2.444, de 16 de janeiro de 2004**. Criação da primeira escola indígena do município de Dourados denominada “Escola Indígena Pa’i Chiquito – Chiquito Pedro”. Diário Oficial, Dourados, 27 de janeiro de 2004.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.



MELIÀ, Bartomeu. Memória, história e futuro dos povos indígenas (Prefácio). In: CHAMORRO, Graciela & COMBÈS, Isabelle (Orgs.). **Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul: História, Cultura e Transformações Sociais**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2018.

SAVIANI, Dermeval. Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistência. **Roteiro**, Joaçaba, v. 45, p. 1-18, jan./dez. 2020.

TASSINARI, Antonella M. I. Escola Indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras de educação. In: SILVA, Aracy Lopes; FERREIRA, Mariana K. L. (Orgs.). **Antropologia, História e Educação: A questão indígena e a escola**. 2 ed. São Paulo: Global, 2001.